

O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA: A PRESENÇA NEGRA NA OBRA DE MARIA STELLA DE NOVAES

Leonor Franco de Araújo

O presente trabalho é parte de um projeto maior que estamos desenvolvendo desde o ano de 2000, buscando levantar dados da presença negra na historiografia capixaba.

O livro de Maria Stella de Novaes foi escolhido para iniciar o projeto, por ser a primeira obra espírito-santense que procurou pesquisar, de forma mais sistemática, a história dos negros no Estado.

Esse livro, publicado em 1963, mereceu o Prêmio Literário e Científico, ao ser classificado em primeiro lugar em concurso promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O título da obra, *A Escravidão e a Abolição no Espírito Santo*, classifica-a como estudo específico do tema, o que a tornou referência obrigatória para aqueles que trabalham com as questões do negro no Estado.

Foi considerada, também, uma das primeiras obras capixabas a utilizar o recurso da história oral como metodologia para obtenção de dados e complementação de informações, proporcionando um caráter inovador e contemporâneo aos estudos de História aqui produzidos nessa época, os quais, pelas características positivistas, tinham o documento escrito e oficial como a derradeira fonte de pesquisa.

Disse Maria Stella em sua obra, citando as fontes de estudo: “Quantas preciosidades temos encontrado, em visitas aos antigos, à gente velha conservadora dos seus documentos, das suas cartas e dos seus retratos!...” (Novaes, 1963, p. 19).

O olhar feminino de Maria Stella de Novaes conferiu mais uma qualidade à sua obra: o surgimento constante, no texto, da figura da mulher. Apesar da visão tradicional a respeito do papel da mulher e, principalmente, da escrava africana ou afro-brasileira, é importante notar essa presença em obra da década de 1960, quando a historiografia nacional contava com pouquíssimas publicações sobre o tema, que só se tornou estudo acadêmico de peso décadas mais tarde. “*Minas retintas, corpulentas e esbeltas enfeitavam os senhores e ditavam sentenças às matronas. Punham as mãos nos quadris e, apontando para as suas preciosas crias, chegavam a exclamar, enfática, dolorosa, mas justamente: ‘Oia, ai!’...*” (Novaes, 1963, p. 27-28).

O livro está dividido em duas partes: a primeira contempla o tema da Escravidão; a segunda, o da Abolição.

A primeira parte dedica-se a realizar um histórico sobre a Escravidão no Espírito Santo, desde a chegada dos primeiros cativos, passando por importantes momentos da vida cotidiana do escravo, com registro de poesias e manifestações da cultura popular, já que o livro estampa em sua capa ser uma obra de História e Folclore.

O estudo possibilita-nos, por exemplo, detectar a visão do escravo como “cousa”, através dos relatos de compra e venda, castigos impostos e leis citadas, a utilização do negro em atividades diferenciadas da agrícola, como soldados, domésticos e de ganho, e a visão “romântica” da possibilidade da constituição familiar escrava, colocada como humanizadora das relações senhor/escravo e da instituição da escravidão.

Interessante ressaltar dados que, até hoje, só foram levantados por essa obra, como, por exemplo, os relacionados à alimentação diária do escravo:

Segundo relatos antigos e conversas ao pé do fogo, sôbre o tratamento dos escravos pelos fazendeiros, nalguns lugares do Espírito Santo, à noite, negros famintos recebiam, às escondidas, o socorro da alimentação que outros mais afortunados lhes davam, nas divisas de certas fazendas. Conhecida era, mesmo, a ração de uma cuiá de farinha e o caldo de laranja. Banana, ou angu, para o café da manhã (Novaes, 1963, p. 45).

Podemos ainda notar que os poucos escravos privilegiados com uma alimentação considerada melhor comiam milho e seus derivados, feijão, carne seca, peixe, mariscos, algumas vezes arroz, e bebiam café.

As páginas que tratam do histórico do povoamento do Estado, principalmente a partir do século XVIII, permitem-nos mapear os locais onde se fixaram os escravos que para cá vieram, advindos, em sua maior parte, do tráfico interprovincial.

Áreas nas regiões Sul, Central e Norte do Estado beneficiavam-se com os negros vindos da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, Carapina e Queimado [...], fôsse pelo desenvolvimento demográfico, fôsse pelo industrial, econômico e rural. Representavam as zonas progressistas, daquele tempo (século XIX) [...], cujo desenvolvimento se devia ao braço servil (Novaes, 1963, p. 51).

As considerações tecidas a respeito da Insurreição do Queimado e da participação negra no evento não fogem à análise tradicional de Afonso Cláudio, escritor da principal obra sobre a revolta, também denominada *Insurreição do Queimado*, e de outros escritores de época, que trataram da rebelião, como José Paulino Alves Júnior e Francisco Eugênio de Assis.

Apesar de a análise se manter dentro dos parâmetros historiográficos da época, cuja tendência era diminuir a capacidade de organização e rebelião dos negros, dados trazidos pela autora, que, por não ter encontrado o processo judicial do caso, principal fonte primária de Afonso Cláudio, pesquisou no *Livro do Tombo de Queimado* e em documentos da Biblioteca Nacional, reforçam colocações que tendem a realçar a organização negra no maior movimento rebelde escravocrata do Espírito Santo.

Acreditavam e esperavam os escravos na proteção da Rainha, e imaginavam que S.M. promettesse a Frei Gregório liberá-los, no dia de São José. Era o que lhes afirmava Elisiário, escravo de Faustino Antônio de Alvarenga Rangel. Inteligente e “metido”, freqüentando dependências da casa-grande da fazenda, apanhava algo das conversas letradas [grifo nosso] (Novaes, 1963, p. 59).

A afirmação de Maria Stella de que o mesmo Elisiário “não falava como escravo de grandes fazendas”, utilizando uma expressão de época para dizer que o mesmo falava bem, reforça outros fatos que nos levam a crer que alguns dos líderes entendiam perfeitamente o latim e outras línguas, partilhando o convívio doméstico e auxiliando seus senhores em ofícios religiosos, já que

pelo menos dois deles, Carlos e João Pequeno, eram escravos de padres. A interpretação de que os escravos tinham entendido mal o Frei Gregório não pode sustentar uma rebelião que esperava contar com escravos de diversas partes do Estado.

Além da rebelião de Queimado, a autora indica diversas outras rebeliões e locais de existência de quilombos que constituem matéria até hoje pouco pesquisada pelos historiadores locais, mas que nos permitem conhecer a importância do elemento negro na vida cotidiana do Estado.

Multiplicavam-se, portanto, os quilombos no Espírito Santo, resultantes da fuga de escravos. E muitos eram os pedidos de captura, pelos senhores. [...] reclamava a fuga de escravos, para a Serra e Cariacica. E quando se iniciou o povoamento do Baixo Itapemirim, já existiam ali numerosos quilombos. Estendiam-se da Serra a Muribeca... (Novaes, 1963, p. 86).

A costa capixaba tornou-se lugar privilegiado para desembarques ilegais de escravos, após a proibição do tráfico em 1830 e 1850, como relata Novaes (1963, p. 83): “É a imprensa que o registra: ‘Desde 1836, aliás, principiaram os comerciantes do tráfico a iludir a vigilância: Piúma, Guarapari, Vitória, Santa Cruz foram os lugares mais cômodos para o desembarque’ ”.

O Barão de Itapemirim, um dos maiores negreiros do Sudeste, juntamente com outros fazendeiros que tinham na mão-de-obra escrava a totalidade de seus trabalhadores, uma característica importante na produção cafeeira do sul e do norte do Estado, bancaram o perigo das inspeções náuticas dos ingleses e continuaram desembarcando africanos em terras capixabas, até o final da década de 1860. “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Côrte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque, no Brasil, o Porto de Itapemirim” (Novaes, 1963, p. 91).

A presença do negro na população capixaba era bastante expressiva no século XIX, até bem próximo da abolição e depois dela. Em princípios do século XX, segundo Maria Stella (1963, p. 89), Vitória era chamada de “Terra de Negros”. “Conta-se que o Pe. Xavier Pouret, aqui chegado em 1910, depois vigário de Viana, andava pelo meio das ruas, apesar do calçamento ‘pé de moleque’. Evitava as calçadas, porque ‘as janelas estavam tomadas pelas cabeças de negros e negras’ ”.

O folclore aparece, nessa primeira parte, traduzido principalmente em lendas e versos, na tentativa de explicar e narrar assuntos considerados

“delicados” para a época, como o estereótipo da negra “sensual e destruidora de lares”, a inferioridade da cor e da origem, descrita numa lenda que a coloca “à margem da Criação pelo Poder Divino” (Novaes, 1963, p. 94-95), e assuntos relacionados à religiosidade africana e afro-brasileira.

Os indícios de participação efetiva das Irmandades Religiosas na vida capixaba e, principalmente, de participação dos negros nessas Irmandades são importantes, mas o relato carece de maiores estudos. Esses estudos devem ser incentivados, pois as Irmandades são fontes inesgotáveis de informações relativas à organização dos negros, suas lutas pela liberdade e a inserção de traços religiosos africanos no sincretismo com a Igreja Católica.

A Irmandade do Rosário dos Homens Prêtos, no Espírito Santo, a exemplo de outros lugares do Brasil, era para os escravos um recurso de pseudo ou passageira liberdade, e de ter sepultura, em sagrado, participar da religião, [...], promover a alforria de seus irmãos, etc. Tudo de par com os mastros, reizados, congos, areia do mar, as cores vistosas dos chales da Costa, numa saudosa evocação da África distante (Novaes, 1963, p. 98).

A segunda parte do livro, dedicada à Abolição, tem seu ponto alto no estudo das sociedades abolicionistas capixabas e seus líderes abolicionistas, com destaque para Afonso Cláudio de Freitas Rosa.

O relato de formação da Sociedade Abolicionista do Espírito Santo, da Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro, da Libertadora Domingos Martins, que admitiu a entrada de mulheres, entre outras, revela que as festividades em torno da causa eram maiores que os resultados esperados. Essas sociedades eram compostas pela nova elite intelectual e política capixaba, advinda dos berços escravocratas, que fazia questão de atuar dentro da Lei e da Ordem, no estrito dever de promover a aquisição de cartas de alforria e grandes conferências que imortalizaram oradores como Afonso Cláudio, Antônio Ataíde e Antunes de Siqueira.

Em meio à euforia das Libertadoras, curioso notar uma *Circular* dos comerciantes Francisco Tagarro e José da Silva Cabral, distribuída em 7 de maio de 1884, que convidava pessoas “de bem” a se “opôr à onda abolicionista que, sem razão de ser, levantava-se entre nós, em prejuízo da lavoura e do comércio, únicas fontes de receita pública” (Novaes, 1963, p.124).

Porém o mais interessante vem com a justificativa feita à nota pelo Sr. Maximino Maia, como descreve Novaes (1963, p. 124):

... os comerciantes não faziam oposição à Libertadora; achavam, porém, que a propaganda devia ter caráter menos festivo. Seguir a marcha legal, organizada, de modo a prever o lado econômico-social. Começar pelos centros populosos. Dar apenas Cartas de Liberdade não resolveria o problema, porque os escravos deviam ser orientados para a luta da vida. [grifo nosso]

Será que esses comerciantes estavam mais lúcidos que as Abolicionistas, mesmo pensando em proveito próprio?

Não podemos negar as alforrias realizadas pelas Libertadoras, nem seu papel agregador à causa da abolição na elite capixaba, mas devemos trabalhar na pesquisa do tema, para mensurar e analisar a real importância dessas instituições para a causa abolicionista.

A visão da Lei Áurea não poderia deixar de ser redentora aos olhos de Novaes, e o livro se encerra com poemas enaltecendo a liberdade.

A bibliografia indicada em todo o texto da obra e citada ao seu final só contribui para a nossa visão de que, resguardadas as opiniões da autora, mais do que pertinentes para a época, e em alguns momentos inovadoras, não se pode pesquisar a questão negra do Espírito Santo sem se recorrer a essa obra, que hoje podemos considerar fonte primária, dada a importância dos relatos e documentos exibidos, não nos esquecendo de que o *Livro do Tombo do Queimado*, escrito pelo padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, substituto de Frei Gregório de Bene, era documentação inédita até ser utilizado por Maria Stella de Novaes.

BIBLIOGRAFIA

MACIEL, C. da S. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

NOVAES, M. S. de. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963.

SANTANNA, L. de A. et al. *Negros do Espírito Santo*. São Paulo: Escrituras, 1999.